

A ARQUITETURA COMO FUSÃO ENTRE ARTE E MERCADORIA E A CONDIÇÃO DO TRABALHADOR NA CONSTRUÇÃO CIVIL

ARCHITECTURE AS A FUSION BETWEEN ART AND MERCHANDISE AND THE CONDITION OF WORKERS IN THE CONSTRUCTION INDUSTRY

Janaína Andrea Cucato¹

Resumo

Não se tem aqui a pretensão de apresentar algo necessariamente novo, tampouco de tratar o tema, em poucas palavras, na profundidade necessária. Mas é importante retomar o assunto da exploração do trabalho na construção civil, que se dissemina de forma intensa, configurando a contradição desenho-canteiro, que nas análises de Ferro (2006), separa produtores e seu produto, especialmente pelo “valor de mercado” atribuído a sua produção, a saber, a arquitetura. Assim, a partir da aula 5 “*Arquitetura contemporânea*”, da Disciplina *Tópicos*, ministrada por Ferro, é possível estabelecer uma problemática vinculada à pesquisa em curso pela autora deste texto que analisa o sistema capitalista que permeia as relações entre os indivíduos e a produção da cidade.

Palavras-chave: Arte, Mercadoria, Trabalho, Canteiro de obras.

Abstract

There is no intention here to present something necessarily new, nor to address the topic in a few words in the necessary depth. However, it is important to revisit the subject of labor exploitation in the construction industry, which is spreading intensely, configuring the design-site contradiction, which in Ferro's (2006) analyses separates producers and their product, especially due to the “market value” attributed to their production, namely, architecture. Thus, based on class 5 “*Contemporary Architecture*”, of the *Topics* Discipline taught by Ferro, it is possible to establish a problem linked to the ongoing research by the author of this text that analyzes the capitalist system that permeates the relationships between individuals and the production of the city.

Keywords: Art, Merchandise, Work, Construction site.

¹ Instituto de Arquitetura e Urbanismo IAUUSP- São Carlos, <https://orcid.org/0000-0003-3971-4476>,
jcucato@gmail.com

1. DISCUSSÕES TEÓRICAS

E não há dúvida possível: nosso desenho de arquitetura (que não é o único possível) continua a ser instrumento da extração da mais-valia nos canteiros – mais-valia que emigra, sob várias formas, para alimentar os lucros dos setores ‘avançados’. Sérgio Ferro (1982)

OS “VALORES” DO INDIVÍDUO E DA ARQUITETURA NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Compreendido aqui como o (re)produtor da força de trabalho na construção civil, o indivíduo, da condição de sujeito passou a figurar como “objeto” pelo qual o produto (construção) se processa. Para as grandes empresas contratadoras de força de trabalho, os fins justificam os meios. A autonomização dos meios transformando-os em fins, em Simmel (WAIZBORT, 2000), acaba por coisificar todos os objetos que neste caso, pode-se considerar coisificado o trabalhador que produz a arquitetura enquanto mercadoria.

O tangenciamento entre arte e mercadoria, embora estendida à cultura contemporânea, e subsidiada pelo capitalismo tardio, é enraizado em tempos remotos, quando no Renascimento se consagra a valorização da ciência, sobretudo pela valorização do homem (vitruviano), o artista, que passa a ser responsável pela sua própria criação. Ao analisar a questão à luz das relações econômicas e sociais da modernidade capitalista, observa-se a diferenciação entre o sujeito produtivo e o sujeito que lucra ao explorar o sujeito que produz, colocando a produção de mercadorias no centro deste sistema.

Se num primeiro momento o artista passou a ser o autor de sua produção, na sociedade atual este sujeito trabalhador é ofuscado e sua presença é eliminada do contexto da obra que constrói. A partir do momento que o operário se retira, sua presença passa a ser reprimida por revestimentos que suprimem sua presença na sua obra. Estes revestimentos servem de *fetichização* da mercadoria, faz o construído parecer não construído, o valor parecer atributo da coisa. Para Harvey (2003) a arquitetura e o urbanismo pós-modernos

dissociam-se de qualquer projeto social (e funcional), centrando-se no sentido de *jouissance*, do desfrute estético.

Para Marx (1998), as mercadorias são produtos do trabalho humano. Ao iniciar sua investigação em *O Capital*, Marx começa pela mercadoria e já no primeiro capítulo explica que esta possui duplo fator, a saber: *Valor de uso* e *Valor de Troca*. A questão que se quer explicar neste trabalho fundamenta-se no fato de que o mesmo trabalho humano que produz a mercadoria, em muitos casos, não pode consumi-la.

A figura do trabalhador tende a ser corrompida pelas questões objetivas presentes nas relações monetárias. Assim outra questão também importante, é a condição que o capitalismo impõe ao necessitar da reprodução da força de trabalho, não se importando para o fato de que a força de trabalho precisa de espaço para viver. Nesse processo figura o indivíduo despojado da sua dignidade, que emerge das condições excludentes a ele oferecidas para a “reprodução de sua força de trabalho”. Para Marx (1998) em Introdução a Crítica da Economia Política, “o trabalho nesta sociedade, tornou-se não somente no plano das categorias, mas na própria realidade, um meio de criar riquezas em geral, separando-se enquanto determinação, dos indivíduos particulares”.

Ferro² coloca que o interesse pela dimensão social da arquitetura e do ato de construir, típico de países subdesenvolvidos, especialmente do Brasil, mostra que a carência e a miséria estão em evidencia”. Produtor e produção são separados por uma teia de relações que configura um viés de caráter estritamente segregacionista. Grandes construtoras responsáveis por obras públicas (e privadas) que se consolidaram no Brasil durante a ditadura militar disseminam-se mantendo na sua linha de produção o potencial excludente da classe trabalhadora que se disseminam novas empresas que crescem no país, num regime que submete o trabalhador às más condições de trabalho e remuneração e, inclusive maus tratos.

Muitos trabalhadores excluídos desse sistema cruel não correspondem ao mercado de consumo. São inclusive impossibilitados de consumirem moradia digna, submetidos à

² Em entrevista publicada por *Vitruvius*, 2006.

condição de precariedade e informalidade e consequente impossibilidade de outros serviços como infraestrutura, recreação, educação. Isso remete aos versos de Renato Teixeira:

Tá vendo aquele edifício moço? (...)Eu nem posso olhar. Na maioria das casas, eu também não posso entrar; (...)Tá vendo aquele colégio moço? Criança de pé no chão não pode estudar (...)

Assim, Sérgio Ferro (1979), ao discorrer sobre a relação “desenho-canteiro”, promove um apontamento para a contradição que está na base da separação entre os produtores e seu produto, pois a arquitetura também protagoniza uma produção de valor e consequente financeirização da produção do espaço. Neste momento arte e mercadoria se fundem, necessitando de “força de trabalho” para se reproduzir. Do conceito que precede à arte ao contexto que se atinge para materializá-la, existem práticas que enquadram o trabalhador nas chamadas condições análogas à escravidão (Arantes, 2002).

Na abordagem acerca do “canteiro livre”, Ferro (2006) preconiza a discussão permanente e abolição de toda posição autoritária. Para o autor, a construção é coisa simples, mas a técnica de dominação, tudo complica.

Segundo Oliveira (2010), a associação histórica da arquitetura esteve ligada aos donos do poder, sobretudo à propriedade privada da terra e do capital. Para Arantes (2010), “na arquitetura contemporânea a aliança também é com os setores dominantes”.

Ferro e Lefebvre já compreendiam que, entre 1963/65, frente às transformações sociais em curso (início da ditadura militar), a premissa moderna de que progresso e democratização andariam juntos, mediante o avanço das forças produtivas, já não corresponderiam ao princípio da igualdade (Ferro 2006, p 10). Para Marx (1890), as ideias dominantes numa época nunca passaram das ideias da classe dominante.

O desejo inarticulado do indivíduo trabalhador corresponde a uma falta de liberdade de posicionamento nas questões políticas e sociais já que a massificação dos interesses comuns inexistente de fato. A arquitetura é tratada como um construto essencialmente mercantil, produto capitalizado, constante e transformado e valorizado, e o trabalho humano que a constrói, é meramente banalizado.

Tudo leva a crer que a construção civil continuará a se organizar como manufatura por mais algum tempo ainda, mesmo após a transformação social que suprima a tara da dominação (Ferro, 2002: p.14).

Após dez anos, a prospecção de Ferro continua em evidência: É isso que temos presenciado: a contínua industrialização da construção, e sobretudo a barbarização do indivíduo trabalhador ainda mais intensa em tempos atuais.

Na visão de Ferro (2006), só uma arquitetura do trabalho livre, que inclui ao do arquiteto, merecerá respeito.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Pedro Fiori. O grau zero da arquitetura na era financeira. In Novos estudos. - CEBRAP n.º.80 São Paulo Mar. 2008.

ARANTES, Pedro Fiori. Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos Mutirões. São Paulo, Editora 34, 2002.

FERRO. Sérgio. “Sobre o capítulo ‘O canteiro’” [2005] In: “Sobre ‘O canteiro e o desenho’”, Arquitetura e trabalho livre. São Paulo, Cosac Naify, 2006, p.378-418.

FERRO, Sérgio. “O canteiro e o desenho” [1979] In: Arquitetura e trabalho livre. São Paulo, Cosac Naify, 2006, p.105-200.

Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek (Orgs.). Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010, 400 p.

Marx, Karl. O capital. Crítica da Economia Política[1867]. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

WAIZBORT, Leopoldo. As aventuras de Georg Simmel. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2000.